

António Maria da Silva



Desarmamento da GNR e governo de António Maria da Silva

1922

Sobre a ordem pública, vim encontrar o País melhor. Sobre a questão política, na mesma. Se as oposições tivessem um sucessor para dar ao António Maria da Silva já o tinham deitado abaixo. Assim, é de prever que se mantenha e consiga votar algumas ou alguma das propostas de finanças. Isso é absolutamente preciso para evitar a desorientação financeira que se acentua (Augusto de Castro, em carta a João Chagas)

● **Fascismo no poder e criação da URSS** – No ano da morte de Georges Sorel, da eleição do papa Pio XI e da fundação da URSS, destaque para ascensão de Mussolini ao poder, depois da *marcha sobre Roma*, desencadeada em 27 de Outubro, mas que efectivamente nunca atingiu a capital italiana, dada a nomeação do líder fascista como chefe do governo no dia 30. Os 15 000 *squadristi* mobilizados apenas chegam de comboio a Roma no dia 31, para uma parada da vitória. Em Moscovo, em Abril, Estaline é nomeado secretário do comité central do partido único. Saliente-se também a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, por Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral. Surge, em edição póstuma, o tratado *Wirtschaft und Gesellschaft*, de Max Weber, assumido como um *esboço de uma sociologia compreensiva*. Em Fevereiro, o cardeal Achile Ratti, arcebispo de Milão é eleito papa, como Pio XI. Domingos Fezas Vital teoriza *A Crise do Estado Moderno* e emite as lições de *Direito Político*. O historiador diplomático António Viana estuda *A Emancipação do Brasil* e Fortunato de Almeida começa a editar a *História de Portugal*, em seis volumes, até 1929. Em 30 de Dezembro de 1922, funda-se a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, uma confederação de federações de repúblicas que reunia a *República Socialista Federativa dos Sovietes da Rússia*, surgida em Julho de 1918, a *República Socialista Federativa da Ucrânia*, a *República Socialista Federativa da Bielo-Rússia* ou *Rússia Branca*, e a *República Socialista Federativa da Transcaucásia*, integrada pela Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão.

● **Candonga e neo-riquismo**. Depois das crises de subsistências dos tempos de guerra, marcados pela irregularidade e pelo encarecimento dos géneros de primeira necessidade, o pós- guerra, incentivado pelo manto diáfano da inflação, levou ao extremo oposto da sobre-produção de géneros alimentícios e da consequente quebra dos preços. A economia de guerra gera a candonga do contrabando, a especulação, o açambarcamento e o consequente aparecimento de um neo-riquismo negociista, de intermediários sem escrúpulos e agiotas. Estátuas de pés de barro deglutidas pela subsequente crise, mas que vão arrastando na falência os próprios produtores, agrícolas e industriais, que lhes forneciam a matéria prima. Particularmente afectada foi a lavoura, que naufragou nas águas agitadas do pós-guerra, com os camponeses,

marcados pela fome e pela peste de 1917-1918, a transformarem-se em soldados, emigrantes e migrantes para as grandes cidades, a mão-de-obra disponível para as frágeis e episódicas empresas criadas pela ilusão da riqueza. Despovoam-se os campos não só de trabalhadores braçais como até dos proprietários rurais, desde a resistente fidalguia do *Ancien Regime* aos próprios *barões* do liberalismo. Os notáveis locais passam a viver nas grandes e médias cidades, despovoando cerca de 70% das nossas freguesias rurais.

● **Exército retira de Caxias** Cunha Leal manda retirar as forças do Exército concentradas no Campo Entricheirado (1 de Janeiro).

● **Ameaças de golpe de Estado** – Conselho de ministros fala em ameaças de golpe de Estado (2 de Janeiro). Em 19 de Dezembro de 1921 havia-se declarada nula a dissolução parlamentar de 6 de Novembro, do mesmo ano.

● **Novo adiamento do acto eleitoral** – Em 3 de Janeiro, acordo de Cunhal Leal com os partidos, para novo adiamento do acto eleitoral, que passa de 8 para 29 de Janeiro. Com o adiamento, o governo trata de organizar um rol de candidatos próprios, incluindo membros das chamadas *forças vivas*. Esta atitude leva a que se desfça a anterior combinação eleitoral entre democráticos, liberais e reconstituintes. Os democráticos, já reunificados com o regresso do grupo de Domingos Pereira, logo correm a constituir listas próprias.

● **Conflito com Gomes da Costa** – Em 2 de Janeiro Cunha Leal considera desnecessário que Gomes da Costa se desloque para Santarém e manda-o para Mafra (2 de Janeiro). O governo conta com o apoio dos democráticos e tenta usar o exército contra as forças da GNR. Assim, determina que unidades do exército cerquem Lisboa e transfere o governo para Caxias. Mas não nomeia Gomes da Costa como chefe das forças militares sitiadas de Lisboa (3 de Janeiro), antes de promover a respectiva condenação a 15 dias de prisão.

● **Forças vivas** – Cunha Leal, num discurso pronunciado na Academia das Ciências, apela para a participação das forças vivas económicas (3 de Janeiro).

● **Patronato subsidia polícias** – O jornal *A Batalha* transcreve uma entrevista dada por Damião dos Santos, da Polícia de Segurança do Estado, ao *Século*, onde se revela que a

confederação patronal tinha subsidiado agentes da polícia e que os mesmos até haviam fomentado conspirações (10 de Janeiro).

● **Aparecimento da conjunção** – Surge em Lisboa uma *conjunção* de liberais, reconstituintes, socialistas, reformistas, sidonistas e independentes, destinada a enfrentar os democráticos nas eleições de Lisboa (21 de Janeiro).

● **Ameaça de lock out da Carris** – No próprio dia das eleições, ameaça de *lock out* da Carris de Lisboa (29 de Janeiro).

Dem. 74	Rec. 17	C. Leal 12
	156 dep.	Lib. 34
		Mon. 10
Ind. 5+2		Cat. 5

● **Eleição nº 51** (29 de Janeiro). Regressa-se ao modelo da vitória democrática, com 74 deputados e 37 senadores. Nuno Simões é o controlador eleitoral do governo. Mantém-se o modelo mobilizador das eleições de 1921, com candidaturas de monárquicos e acções de propaganda das várias forças concorrentes. Apesar disso, permanecem várias e significativas irregularidades nas descargas de votos e nas falsificações das actas, bem como inúmeras violências, principalmente contra eleitores católicos e monárquicos, com o lançamento de bombas e ameaças de arruaceiros. Os monárquicos conseguem, com 13 deputados e 4 senadores, em Lisboa 35,3% e a nossa capital deixa de ser *a cidade mais republicana do mundo*.

● **O pós-outubrismo.** O regime político outubrista constitui um mero espaço de transição para as eleições de 29 de Janeiro de 1922. Depois de dois governos ainda dominados pelos outubristas, o de Manuel Maria Coelho e o de Maia Pinto, segue-se o de Francisco da Cunha Leal que, pelas atitudes impulsivas de 19 de Outubro, passa de radical de esquerda a líder dos conservadores. Só no dia 30 de Dezembro de 1921 é que os três grandes partidos, os democráticos, os liberais e os reconstituintes desistem de listas conjuntas, quando o governo, que tem no ministro Nuno Simões o controlador eleitoral, pretende incluir nas listas independentes afectos ao governo. Em 3 de Janeiro de 1922, a cinco dias da primeira data marcada para as eleições, é que estas são adiadas para o dia 29, enquanto o governo entra em frenesim tratando de organizar listas próprias, desfazendo, assim, a prévia combinação eleitoral entre os então três grandes. Os democráticos, dispendo de implantação em todo o território, decidem logo concorrer autónomos, enquanto os liberais e os reconstituintes, mais frágeis em implantação e organização, decidem concorrer em *conjunção* em Lisboa, juntando sidonistas, reformistas e socialistas e, desta forma, acabam por favorecer a vitória dos próprios democráticos e até verificam, com surpresa, que o segundo grupo mais votado na capital é o dos monárquicos. E na província deparam com a inesperada aparição dos regionalistas. Com efeito, o partido democrático sabe gerir as consequências do outubrismo e, já livre dos radicais, integra os dissidentes de Domingos Pereira e adia o conflito entre os *bonzos* e os *canhotos*, emergindo a figura de António Maria da Silva, esse *honesto mobilizador de desonestos* que, depois de conseguir vencer partidariamente, trata de resolver os problemas de ordem pública, quando, apoiando-se no Exército, desmantela a capacidade da GNR. Apesar de tudo, os democráticos conseguem vencer as rasteiras do outubrismo, livrando-se dos radicais, integrando as desavenças do grupo de Domingos Pereira, adiando o conflito entre bonzos e canhotos e esperando sempre que Afonso Costa largasse a Europa e regressasse a Lisboa para chefiar um governo apoiado por um presidente Teixeira Gomes que ele tinha inventado, ofendendo as pretensões do seu amigo Bernardino Machado.

● **A dinâmica dos governos.** Depois de um governo de estabilidade de António Maria da Silva, de Fevereiro de 1922 a Novembro de 1923, apoiado numa maioria parlamentar conquistada nas eleições de Janeiro de 1922, e que vai garantir a ordem pública, chamando o Exército para cercar Lisboa e desarmando a GNR, isto é transformando o Exército na nova guarda pretoriana do regime, enquanto com Portugal Durão, Vitorino Guimarães e Velinho Correia tenta encontrar uma linha de rumo quanto à necessária reforma das finanças públicas, há um mês de governo com a oposição nacionalista, sem maioria, sob a presidência de Ginestal Machado, e que faz com que o grupo de Álvaro de Castro saia dos nacionalistas, invocando a necessidade de um sistema de concentração. É assim que o chefe dos accionistas vai tentar concentrar algumas forças num novo governo que dura até Julho de 1924, com os seareiros, e com o apoio parlamentar dos democráticos, enquanto a oposição nacionalista prefere atacar os democráticos e fazer oposição do presidente Teixeira Gomes. Segue-se uma série de governos liderados pelos democráticos: Rodrigues Gaspar, ainda com alvaristas, até Novembro de 1924; José Domingues dos Santos, numa experiência canhota, com seareiros e apoio dos alvaristas, até Fevereiro de 1925; Vitorino Guimarães, centrista, ainda com alvaristas e a simpatia dos canhotos; António Maria da Silva, durante cerca de um mês, numa tentativa exclusivamente bonza, acabando o entendimento com os alvaristas e com a expulsão dos bonzos, até Agosto de 1925; Domingos Pereira, com o apoio dos bonzos, para realizar as eleições de Novembro e, finalmente, António Maria da Silva, de Dezembro de 1925 a Maio de 1926, no último governo da I República.

● De 1922 a 1926 agravam-se os **sinais de desagregação partidária**. Para além da já referida questão dos democráticos, eis que a nível do partido opositor, há profundas tensões. Depois de derrotados os liberais nas eleições de 29 de Janeiro de 1922, tem-se a ilusão de crescimento com a integração dos reconstituintes e a formação de um partido nacionalista, em que também se integra o ex-popular Cunha Leal. Mas tal rotativismo pouco durará, dado que logo em Dezembro de 1923, o antigo grupo reconstituente de Álvaro de Castro volta a constituir uma dissidência, a Acção Republicana, que circulará na órbita dos democráticos, aproximando-se especialmente das facções dos *canhotos* e dos *centristas*. Finalmente, em Março de 1926, nova ruptura emerge agora dos remanescentes nacionalistas, quando sai o grupo de Cunha Leal.

apoiado por antigos centristas, antigos sidonistas e antigos evolucionistas, constituindo-se a União Liberal Republicana que até pretende assumir-se como o *espírito* e a *ala política* do 28 de Maio, dado que dela fazem parte, para além de Cunha Leal, figuras que não de ser marcantes no salazarismo, como Bissaya Barreto, Duarte Pacheco ou Albino dos Reis. Os *seareiros* dialogando intensamente com os *alvaristas* e os homens da esquerda democrática, hesitam. Aproximam-se dos integralistas em Dezembro de 1923, constituindo o grupo dos *Homens Livres*. Apoiam o governo de Álvaro de Castro e de José Domingues dos Santos, clamam por uma ditadura de reforma e nas eleições de 1925 chegam a ter a ilusão de um *cartel das esquerdas*. Os monárquicos dividem-se entre integralistas e fiéis de D. Manuel II, com a Causa Monárquica e a Acção Realista. Os católicos não se entendem com sucessivos conflitos entre os *centristas* e os monárquicos. Em Junho de 1923, surge até o primeiro congresso do novo Partido Radical, reunindo os restos do partido popular com os outubristas, um grupo que chega, aliás, a denominar-se *partido republicano de fomento nacional*, nele alinhando José de Macedo, Lopes de Oliveira ou Gomes da Costa. O partido forma-se, aliás, pouco antes de ser lida a sentença do tribunal militar de Santa Clara sobre os acontecimentos de 19 de Outubro, em 22 de Junho de 1923, num processo que se arrasta desde Novembro de 1922. No regime de crepúsculo da I República, entre 1922 e 1926, tanto surge uma tentativa de rotativismo, entre democráticos e nacionalistas, como falham as terceiras vias, de moderados, como a de Álvaro de Castro, e de esquerdistas, como a de José Domingues dos Santos.

● Estamos numa época onde os grupos de pressão perdem o pudor e manifestam-se activamente, desde o conflito dos moageiros contra os adubeiros, ao escândalo Alves dos Reis, onde são enredados desde o deputado católico Diogo Pacheco de Amorim ao deputado José Bandeira, primo de Bernardino Machado. Assim, a revista *Seara Nova*, de 27 de Outubro de 1925, fala mesmo nos deputados *pára-raios*, isto é, *os que lá dentro defendiam os interesses dos bancos, das companhias, dos potentados comerciais*, lado a lado com os universitários que *tomavam para si o pesado encargo de defender os grandes bancos; os marechais do segundo plano, que representavam as pingues companhias; finalmente alguns deputados menos ambicioso encarregavam-se das causas de certos potentados nacionais e estrangeiros*. Logo, *a moral política dia a dia se relaxa e perverte*.

Alvaristas

● Os alvaristas, que, em 1922, como *reconstituíntes*, conseguem 17 deputados e 10 senadores, integram os nacionalistas nos começos de 1923 e voltarão a autonomizar-se no fim desse ano, como Grupo de Acção Republicana.

● A constituição do gabinete de Ginestal Machado é pretexto para Álvaro de Castro abandonar o partido nacionalista, repudiando *ministérios de concentração e pseudo-ministérios nacionais*. Assim, no dia 16, três dezenas de deputados e senadores nacionalistas, fundam o Grupo Parlamentar de Acção Republicana.

● Segue-se um governo presidido pelo próprio Álvaro de Castro que mobiliza dois seareiros, António Sérgio e Azevedo Gomes, para além dos correlegionários Sá Cardoso, António da Fonseca e Ribeiro de Carvalho, na guerra, contando com o apoio de Afonso Costa e o elogio pelo Partido Socialista, até Julho de 1924.

● No governo seguinte, do democrático Rodrigues Gaspar, ainda participa o accionista Rodolfo Xavier da Silva. No de Domingues dos Santos aparece Helder Ribeiro na guerra.

Democráticos

● São dominados pela ala *bonza* de António Maria da Silva, com a oposição de *canhotos*, liderados por José Domingues dos Santos, e com um grupo centrista, representado por Vitorino Guimarães. Conseguem 74 deputados e 37 senadores em 1922, quando já integram os dissidentes de Domingos Pereira.

● Congresso do partido democrático (23 de Abril de 1923): contra a linha oficial, as candidaturas de Vitorino Guimarães e José Domingues dos Santos.

● Chega a propor-se a criação de uma *religião laica* visando substituir o catolicismo.

● Congresso do partido democrático sem críticas ao governo (25 a 27 de Abril de 1924). Contra a linha oficial, Vitorino Guimarães. O governo passa sem críticas e convida

Nacionalistas

● Contra o governo de António Maria da Silva, emerge um *bloco* republicanos, constituído por liberais (34 deputados e 11 senadores em 1922) e reconstituíntes, os quais se unificam em 5 de Fevereiro de 1923, dando origem ao Partido Nacionalista, cujo manifesto, redigido por Júlio Dantas, é emitido no dia 17.

● Logo apoiam a candidatura a presidente de Bernardino Machado, contra a de Manuel Teixeira Gomes em 6 de Agosto de 1923.

● Assumem o governo em Dezembro de 1923, com Ginestal Machado, mas logo sofrem com a saída dos antigos reconstituíntes de Álvaro de Castro.

● No Congresso de Março de 1925 há uma integração dos derradeiros sidonistas que permaneciam independentes. Ataques a Teixeira Gomes e ao governo (dias 7 e 8 de Março de 1925).

Grupo de Cunha Leal

● Sob a batuta do ministro Nuno Simões, chegam a tentar aquilo que se chamou *conjunção* com alvaristas e liberais, contra os democráticos e com o apoio das forças vivas. Esta acaba por constituir-se em Lisboa, sem os governamentais, a oito dias do acto eleitoral, com liberais, reconstituíntes, socialistas, reformistas, sidonistas e independentes. Os cunha-lealistas conseguem 13 deputados e 1 senador.

● Pouco depois, as Moagens compram o jornal *O Século*, nomeando Francisco Cunha Leal como director.

Católicos

● O grupo de Lino Neto, com Salazar e Dinis da Fonseca, os chamados *catolaicos*, que conseguem 5 deputados e 1 senador, vive em constante tensão com os católicos monárquicos, liderados por Nemo (Fernando de Sousa).

● Os primeiros, ditos centristas, têm como órgão *A União* e depois o *Novidades*, a partir de 15 de Dezembro de 1923.

● Os segundos dominam *A Época*, sendo apoiados por *O Dia* e o *Correio da Manhã*, tendo como outros paladinos Domingos Pinto Coelho, Alfredo Pimenta e o próprio Paiva Couceiro.

● O jornal *A União* do CCP diz que os deputados monárquicos devem abster-se da apresentação de projectos sobre os católicos, sem prévia consulta do CCP, a única instância partidária autorizada pelos bispos.

● Realiza-se o segundo congresso do *Centro Católico*, nos dias 29 e 30 de Abril, na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde

Afonso Costa para embaixador em Londres, mas este cargo acabará por ser ocupado por Norton de Matos, depois da recusa daquele. Norton de Matos abandonara o cargo de alto-comissário em Angola, alegando razões de saúde.

- Reunião no Lourçal com Afonso Costa (26 de Agosto de 1924). Almoço de líderes democráticos em casa de Ramos Preto. Pressionam no sentido da formação de um novo governo. Participam Afonso Costa, António Maria da Silva, Domingos Pereira, José Domingues dos Santos e Álvaro de Castro.

Seareiros

- Surge em 16 de Outubro 1921 a *Seara Nova*, revista dita de *doutrina e crítica*. Tem como colaboradores António Sérgio, Raúl Proença, Jaime Cortesão, Ezequiel de Campos e Raúl Brandão.

- Manifesto da *Seara Nova* defende uma *união cívica* à margem das querelas partidárias. Apela a uma *obra de reorganização nacional* através de uma *governação excepcional indispensável, com o apoio e cooperação de todos os portugueses* (Março de 1923).

- Em 1 e 12 de Dezembro de 1923, os seareiros lançam com os integralistas a efémera revista dos *Homens Livres*.

- Raúl Proença, num artigo publicado na *Seara Nova*, salienta: *parece que o problema capital desta República é agora o aniquilamento absoluto dos pequenos agrupamentos partidários. é este o mot d'ordre olímpico dos bonzos eleitos no último congresso democrático* (15 de Setembro).

Partido Republicano Radical

- Constituído em Junho de 1923, pela junção dos populares e dos outubristas. Também dito Partido Republicano de Fomento Nacional.

- Entre os principais dirigentes: Alberto da Veiga Simões, José Macedo, Lopes de Oliveira, Albino Vieira da Rocha (1885-1950), Procópio de Freitas e Camilo de Oliveira.

- Em 12 de Setembro de 1923, explode bomba que está ser manipulada na sede

Salazar faz um discurso de fundo criticando José Fernando de Sousa, Nemo, o representante dos católicos monárquicos. Salazar admite que os católicos aceitem *cargos públicos*. É confirmada a orientação dada por Lino Neto ao grupo. O próprio jornal *O Mundo* enaltece o comportamento *leal* dos católicos para com a República (28 de Abril).

- Segue-se uma prolongada polémica de católicos monárquicos com os centristas nos jornais. *A Época* em 4 de Maio ataca o CCP. Nesta senda Nemo em Junho, Julho, Agosto e Setembro faz um ataque aos centristas, a que responde Salazar de Setembro de 1922 a Fevereiro de 1923 (28 de Abril). Contra o CCP, no mesmo jornal, escreve Domingos Pinto Coelho, a que responde Dinis da Fonseca em 20 de Agosto de 1922 (28 de Abril). Atacando a linha de Lino Neto, surgem também artigos de Alfredo Pimenta em *O Dia*, contra o bispo de Bragança, D. José Lopes Leite de Faria, e de Paiva Couceiro em *O Correio da Manhã* (28 de Abril).

- Nesse Congresso, também Manuel Gonçalves Cerejeira propõe a criação de um estabelecimento superior de ensino, à semelhança do Instituto Católico de Paris (28 de Abril).

- Congresso da Federação das Juventudes Católicas, em Coimbra. Mário de Figueiredo é eleito presidente, com Alberto Dinis da Fonseca na vice-presidência (30 de Maio de 1922).

- Carta de Pio XI saúda a pastoral colectiva do episcopado português que apoia o Centro Católico Português (13 de Maio de 1923).

- Lino Neto declara que *o centro* (Centro Católico Português) *não é um partido político, embora represente uma influência de natureza política. Não pretendemos instalar-nos no poder nem confundimos legislação com regime* (21 de Outubro de 1923).

- Lino Neto, em *A União*, toma posição sobre o governo de Ginestal Machado (24 de Novembro de 1923): *é necessário que a atmosfera de confiança que por toda a parte se vem desenvolvendo contra os políticos se não se accentue mais nem torne possível entre nós movimentos como os que lá for a determinaram a ascensão ao poder de Mussolini em Itália e de Primo de Rivera em Espanha*.

- Reaparece o jornal *Novidades*, agora como

do partido, no Porto.

- Reúne, em Coimbra, o congresso inaugural (31 de Janeiro de 1925).

Socialistas

- Partido Socialista qualifica a política de Álvaro de Castro como *franca tentativa de uma política financeira de esquerda* que sucumbiu perante a *reação das classes capitalistas* (30 de Junho de 1924).

- Em Junho realiza-se no Porto o XI Congresso do PS que continua a ser dominado por Ramada Curto e Amâncio Alpoim.

Anarco-sindicalistas

- Dominam a CGT e o jornal *A Batalha*. CGT faz um referendo aos sindicatos sobre a decisão de aderir à AIT (5 de Abril de 1923).

- Divulgados os resultados do referendo feito aos sindicatos sobre a adesão à AIT, apoiada por 104, contra os 6 que preferem a adesão à ISV. Há apenas 5 abstenções (28 de Setembro).

- Mudança de orientação em *A Batalha*, com abandono das teses anarco-sindicalistas e do mito da greve geral. Em vez de *forças vivas*, passa a usar-se a expressão *burguesia* (10 de Novembro de 1923).

- Jornal *A Batalha* anuncia a detenção em Sevilha dos sindicalistas Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa que protestam contra a detenção dos espanhóis Nicolau e Mateo.

- Nos começos de Janeiro a CGT e o PCP lançam campanha no mesmo sentido (28 de Dezembro).

- *Comícios unitários dos revolucionários sociais*, em Lisboa e no Porto contra o *perigo de uma ditadura de direita* (17 de Fevereiro de 1924).

- Chegam a Lisboa os sindicalistas portugueses detidos em Espanha, desde Dezembro (2 de Março).

- Comícios promovidos pela CGT em vários pontos do país. Protestos contra as *perseguições aos avançados*, em Portugal e noutros

órgão da hierarquia católica, em apoio do CCP. O *A União* cessa a sua publicação em Abril de 1924 (15 de Dezembro).

- Até 3 de Abril CADC promove a constituição de uma União Católica dos Estudantes Portugueses em reunião realizada em Coimbra. Participam, entre outros, Lopes da Fonseca, Pedro Teotónio Pereira, Marcello Caetano e Albano Pereira Dias Magalhães (31 de Março).

- Em Outubro e Novembro de 1924 reacende-se o conflito entre os católicos, com o *Novidades*, afecto ao CCP, a polemizar com *A época*, de Fernando de Sousa. Os bispos intervêm no confronto entre *A Época* e o *Novidades* dizendo que o CCP tem o apoio do episcopado e do próprio papa (14 de Fevereiro de 1925). Nemo abandona então o CCP e *A época* transforma-se em *jornal católico, independente do Centro*. Reacções contra os bispos: *O Correio da Manhã* considera a declaração dos bispos como uma *impertinência política*. *O Comércio de Viseu*, dirigido pelo visconde de Banho, põe-se ao lado de Nemo. Na Covilhã, um padre centrista chega a ser soçado por membros das Juventudes Monárquicas. O papa recusa receber D. Manuel II.

União dos Interesses Económicos

- Fundada em 28 de Setembro de 1924, unindo delegados da Associação Comercial de Lisboa, Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuguesa e Associação Central da Agricultura Portuguesa. Financiada pela CUF, tem como líderes Martinho Nobre de Melo, João Pereira da Rosa (1885-1962), José Pequito Rebelo, Nunes Mexia e Filomeno da Câmara.

- *A União dos Interesses Económicos* anuncia a compra de *O Século*, tendo em vista a defesa dos interesses do comércio. A mobilização de fundos acaba por não permitir a compra institucional, mas ficam como principais sócios do jornal Pereira da Rosa, Carlos de Oliveira e Moses Bensabat Amzalak (24 de Outubro).

Monárquicos

- Os monárquicos têm bom resultado em 1922, conseguindo 13 deputados e 4 senadores. Conflitos permanentes dos integralistas com os monárquicos seguidores de D. Manuel II. Em 1 de Julho de 1921, legitimistas anunciam acção conjunta com os integralistas em defesa da *monarquia tradicionalista*. Pelo Pacto de Paris, unificam-se os monárquicos liberais e

pontos da Europa (1 de Maio).

- Conflitos entre os sindicalistas afectos à *Associação Internacional dos Trabalhadores*, central anarcosindicalista fundada em Berlim em 1919, e os da *Internacional Sindical Vermelha*, fundada por Lenine em 1923 (Julho de 1924).

- A CGT recomenda ao proletariado de todo o país que se prepare para repelir por todos os meios o ataque das forças vivas (31 de Janeiro de 1925).

- Já no dia 30 *A Batalha* considera que se vive uma hora de perigo. As forças vivas preparam uma violenta e brutal ditadura.

- O mesmo jornal em 5 de Fevereiro critica a União de Interesses Económicos: a guerra elevou muitos aventureiros à privilegiada situação de ricos.

- Realiza-se em Santarém o 1º Congresso da CGT, participando 135 sindicatos (23 a 27 de Setembro).

Comunistas

- Em 1922, vão a Moscovo, como representantes do PCP, Caetano de Sousa e Pires Barreira, a fim de assistirem ao congresso do Komintern.

- Começa a publicação de *O Comunista*, órgão oficial do jovem PCP (10 de Maio de 1923).

- I Congresso do PCP em Novembro de 1923. 10 delegados para cerca de 600 militantes. Eleito um comité central dominado por Carlos Rates.

- É apresentada uma tese, não discutida, sobre a venda das colónias à Inglaterra para se resolver o défice do Estado.

- Participa o suíço Jules Humbert Droz, antigo pastor protestante, delegado da Internacional Comunista. Apoiava a facção de Rates, contra a de Caetano de Sousa, sustentado por Bento Gonçalves.

- Carlos Rates, em *O Comunista*, defende uma ditadura das esquerdas contra a ditadura das direitas. Os comunistas são então partidários de uma revolução imediata (8 de Dezembro).

- Alguns membros do PCP participam

legitimistas, através de Aires de Ornelas e D. Lourenço Vaz de Almada. D. Duarte Nuno reconhece assim D. Manuel II. Os integralistas vão discordar frontalmente do pacto. Apoio de *O Dia* e de *O Correio da Manhã* (17 de Abril de 1922).

- Integralistas discordam frontalmente do Pacto de Paris de 17 de Abril. Interrompem a publicação do jornal *A Monarquia*, suspendem a actividade partidária e declaram que apenas se dedicarão ao trabalho de doutrinação, começando a publicar-se a segunda série da revista *Nação Portuguesa* (5 de Maio de 1922).

- Saem os dois números únicos da revista *Homens Livres* (1 e 12 de Dezembro) Uma revista organizada por António Sérgio e Afonso Lopes Vieira, agregando seareiros e integralistas: *Livres da Finança & dos Partidos*. Tenta juntar-se o novo direitista com o novo esquerdista, visando uma ditadura de salvação nacional.

- Morte prematura de António Sardinha, a principal figura do Integralismo Lusitano (10 de Janeiro de 1925).

Acção Realista Portuguesa

- Em 8 de Dezembro de 1923 é criada a *Acção Realista Portuguesa*, independente da Causa, mas subordinada ao lugar-tenente. Integram o novo grupo António Cabral, ex-ministro da monarquia, Alfredo Pimenta, Alberto Ramires dos Reis, Luís Chaves, Oliveira Monteiro e Caetano Beirão, dissidente do Integralismo Lusitano. Mistura o apoio a D. Manuel II com as doutrinas tradicionalistas.

- Carta de Alfredo Pimenta a Aires de Ornelas, pedindo para integrar a Causa Monárquica.

Fascistas

- Depois da Grande Marcha sobre Roma (Outubro de 1922) e antes de Primo de Rivera tomar o poder em Madrid (13 de Setembro de 1923), surge o primeiro número da revista *Ideia Nova*, dirigida por Raúl de Carvalho, que se assume como fascista (23 de Agosto de 1923).

- O jornal *A Ditadura*, dirigido por Raúl de Carvalho, passa de periódico do fascismo português a jornal de acção nacionalista (1 de Fevereiro de 1924), ligando-se ao grupo da *Acção Nacionalista*, dirigido por João de Castro Osório (1899-1970), também conhecido por *Centro do Nacionalismo Lusitano*.

- O jornal *Ditadura* revela a formação de um novo movimento político, constituído por um

no golpe de 10 de Dezembro de 1923.

Legião Vermelha

- A *Legião Vermelha* promove um atentado contra Ferreira do Amaral (15 de Maio de 1925).
- Segue-se a prisão de cerca de uma centena de terroristas que são deportados para África.
- Um deles, *Bela Kun*, diz aos jornais que a sua ausência seria curta, porque em breve reabriria o parlamento.
- José Domingues dos Santos nega ligação com os extremistas da *Legião Vermelha* (19 de Junho).
- Responde-lhe o deputado Agatão Lança que recorda a manifestação de 13 de Fevereiro quando ele permitiu que à frente dela seguissem 60 homens armados.

grupo de portugueses que querem *salvar a pátria*; entre os nomes citados, Eurico Cameira, Trindade Coelho, Tamagnini Barbosa, Raúl de Carvalho, director do jornal, Teófilo Duarte, Duarte e Sousa, Mota Oliveira, Feliciano de Carvalho, António de Cértima e Cândido Costa (24 de Julho de 1924). Estão próximos das ideias do *integralismo sindicalista*, fórmula então adoptada por Francisco Rolão Preto, em torno do jornal *A Revolução* (1922-1923).

- O tenente Teófilo Duarte elogia o fascismo italiano e critica o nosso *socialismo de Estado*, bem como *o movimento das forças económicas que se arrogam a pretensão de substituir as forças políticas na governança do Estado* (4 de Março de 1925).

● **Cunha Leal demite-se** face ao resultado das eleições (30 de Janeiro). Dá, contudo, outra explicação formal: conflito diplomático com a Inglaterra porque os navios desta potência não teriam querido reconhecer o feriado de 31 de Janeiro.

● **Afonso Costa recusa formar governo**, depois de ser convidado telegraficamente tanto pelo directório do partido democrático como por António José de Almeida, em 2 de Fevereiro. Os liberais declaram então que estão disponíveis para integrarem um governo de concentração presidido por Afonso Costa, mas este salienta que não organiza o governo *porque ainda não estão resolvidos certos problemas relativos à ordem pública*. Em 29 de Janeiro tinha voltado a ser eleito deputado, com nova recusa de tomada de posse. Estava profundamente impressionado com o 19 de Outubro, decidindo cancelar a visita a Portugal, pelo Natal, bem como adiar o seu regresso definitivo ao país, que tinha marcado para o ano de 1922.

● **Governo n.º 87 de António Maria da Silva** (646 dias). O mais longo e estável governo da I República que consegue desarmar a GNR e dar alguns sinais de melhoria da situação financeira. A nova liderança do partido democrático, graças ao talento organizatório e à paciência do engenheiro carbonário, parece saber gerir as

consequências do outubrismo. Livra-se dos radicais, integra o grupo de Domingos Pereira, adia o conflito entre os *bonzos* e os *canhotos*. Contudo, tem a ilusão de controlar o problema da ordem pública. Ora, a chamada do Exército à intervenção em problemas de segurança interna se consegue desarmar a GNR vai criar hábitos golpistas que acabarão por destronar o próprio António Maria da Silva, quatro anos depois. Porque o exército não é susceptível de transformar-se na guarda pretoriana do partido democrático, como acontecera com a GNR.

● **Presidente acumula o interior**. A partir de 21 de Julho de 1923 assume interinamente a pasta da guerra. Na justiça, João Catanho de Meneses. Em 7 de Dezembro de 1922: António Abranches Ferrão (independente). Nas finanças, Albano Augusto de Portugal Durão (até 26 de Agosto). Depois, Vitorino Máximo Carvalho Guimarães (desde 14 de Setembro). Em 13 de Agosto de 1923, Francisco Gonçalves Velhinho Correia, até 24 de Outubro de 1923. Finalmente, João Teixeira de Queirós Vaz Guedes. Na guerra, general António Xavier Correia Barreto.

● **O país deseja que o governem** – Numa carta dirigida a João Chagas, Augusto de Castro (1883-1971) considera: *o país deseja que o governem. E bem eloquentemente manifesta esse desejo. O próprio Parlamento se modificou. O que continua faltando na*

Administração Pública é o espírito de previsão. Combatem-se os efeitos – mas deixam-se de pé muitas causas. Fez-se, em parte, o depuramento da Guarda Republicana; equilibraram-se com acerto as forças de segurança de ordem em Lisboa. Mas os perturbadores civis continuam, ninguém os desaloja dos seus ninhos de sombra (9 de Abril).

● **Polícia de Segurança do Estado** passa a designar-se **Polícia de Defesa Social** (6 de Fevereiro) e o novo governo mantém o esquema anterior, continuando o exército a cercar Lisboa (6 de Fevereiro).

● **Agitação** – Comício no Porto contra a carestia de vida (7 de Fevereiro). Greves dos marítimos (10 de Fevereiro) e da Carris em Lisboa (15 de Fevereiro).

● **Cerco militar a Lisboa** Acentua-se o cerco a Lisboa por forças militares (16 de Fevereiro).

● **Tentativa de golpe outubrista** Governo instala-se em Caxias e Presidente da República em Cascais. Unidades militares de Lisboa são postas de prevenção (18 de Fevereiro).

● **Desarmamento da GNR** – Pela lei nº 1 242, completada pelo decreto nº 8 064, de 13 de Março, são retiradas a artilharia e as metralhadoras pesadas à GNR, ao mesmo tempo que se diminuem os seus efectivos (de 14 341 homens para 9 627) com dispersão pela província, transformando-a, de guarda pretoriana, em guarda rural. A GNR passara de 4 575 homens, em 1919 (quadro previsto de 5 001), para 14 341 em 1921 (quadro previsto de 18 956). O quadro agora previsto é de 12 090 homens. Muda também o corpo de marinheiros para Vila Franca. Reforma da GNR é promulgada pelo Presidente da República em 2 de Março e publicada no dia 13

● **Reabertura do Congresso** (23 de Fevereiro)

● **Prisão de vários sindicalistas** que são enviados para S. Julião da Barra e para o forte de Sacavém (10 de Março).

● O governo apresenta na Câmara dos Deputados proposta para a liquidação dos **Transportes Marítimos do Estado**, criados em Novembro de 1917 (20 de Março).



● Partida de **Gago Coutinho e Sacadura Cabral** que chegam ao Rio de Janeiro no dia 26 de Maio. O nº 13 da *Seara Nova*, saído em 12 de Maio, é inteiramente dedicado à viagem (30 de Março).

● **Greve geral de três dias** (Abril). São presos 200 operários, sendo a primeira acção de envergadura dos sindicatos, depois da greve dos ferroviários de Setembro a Dezembro de 1920.

● **Católicos** – O jornal *A União* do CCP diz que os deputados monárquicos não devem apresentar projectos sobre matérias de incidência eclesiástica, sem prévia consulta ao CCP, a única instância partidária autorizada pelos bispos (3 de Abril). Realiza-se o segundo congresso do *Centro Católico*, nos dias 29 e 30 de Abril, na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde Salazar faz um discurso de fundo criticando José Fernando de Sousa, Nemo, o representante dos católicos monárquicos. Salazar admite que os católicos aceitem *cargos públicos*, confirmando a orientação dada por Lino Neto ao grupo. O jornal democrático *O Mundo* chega, então, a enaltecer este comportamento *leal* dos católicos para com a República (28 de Abril).

● **Fátima**. Depois de um sepulcral silêncio, a questão das aparições de Fátima de 1917 volta à opinião pública, quando elementos anticlericais rebentam à bomba, na noite de 5 para 6 de Março, a capelinha das aparições que a iniciativa popular havia construído na Cova de Iria. A questão é levada ao parlamento e o ministro da justiça promete rigoroso inquérito. Milhares de pessoas afluem ao local no dia 13 de Maio, desencadeando-se um modelo de peregrinações que entram na rotina e transformam o lugar no chamado *altar do mundo*. No ano de 1923 já são 70 000 pessoas. Em 1924, 80 000, com a presença de Gago Coutinho. Em 1925, 100 000. Em

1926, 400 000 e longos quilómetros de bichas de automóveis.

●**Monárquicos** – Pelo Pacto de Paris, unificam-se pedristas e miguelistas, depois de negociações entre Aires de Ornelas e D. Lourenço Vaz de Almada, e D. Duarte Nuno²⁷



a reconhece, então, D. Manuel II, num processo de conciliação dos dois ramos da família Bragança de que só os integralistas vão discordar frontalmente, dado que o pacto tem o

apoio de *O Dia* e de *O Correio da Manhã* (17 de Abril). Os integralistas interrompem a publicação do jornal *A Monarquia* e suspendem a actividade partidária, declarando que apenas se dedicarão ao trabalho de doutrinação, pelo que começam então a publicar-se a segunda série da revista *Nação Portuguesa* (5 de Maio).

●**Reformas governamentais** – Surge a chamada *lei garrote* que cria um quadro de adidos e suspende novas entradas de pessoal na administração pública por cinco anos (28 de Abril). Decreto de Vasco Borges sobre o horário de trabalho (8 de Maio).

●**Conflitos no Oriente** – Decretado o estado de sítio em Macau, depois de sangrentos conflitos com cerca de três dezena de mortes (29 de Maio). Governo pensa nomear Gomes da Costa para governador de Timor, mas o grupo parlamentar dos democráticos opõe-se. O general escreve, então, uma carta para o jornal *A Capital* a denunciar o facto e António Maria da Silva trata de mandá-lo dar uma grande volta de inspecção extraordinária às colónias do Oriente (15 de Julho). Parte em Agosto de 1922 e só regressa a Lisboa em Maio de 1924.

●**Bombas no Porto** Descoberto arsenal de bombas e dinamite, no Porto (30 de Maio).

●**Contra a estatização da economia** – Associação Industrial Portuguesa assume uma posição frontal contra a política fiscal de Portugal Durão, denunciando principalmente o aumento da contribuição industrial, de 7% para 10%, no que considera uma *estatização da economia*. Critica também as medidas

tomadas em favor da agricultura alentejana (27 de Junho).

●**A questão do pão político** – Pela lei nº 1294 termina o regime do *pão político*, tomando-se medidas no sentido do regresso ao protecçãoismo face aos produtores nacionais de trigo (31 de Julho). Agitação popular contra os novos tipos de pão, com assaltos a padarias. Mobilização dos sindicatos em Lisboa. CGT lança apelo no sentido da defesa de um tipo único de pão. Durante dez dias vai haver escaramuças, com alguns mortos. Os tumultos ocorrem em Lisboa, Barreiro, Portalegre, Santarém, Évora, Faro, Olhão, Coimbra e Porto (5 de Agosto). Proclamada greve geral em Lisboa, para defesa de um tipo único de pão. Morto um operário (7 de Agosto). Polícia encerra as instalações do sindicato dos metalúrgicos, da CGT e da USOL. Há rebentamento de vários petardos. Suspensa a circulação de *A Batalha*. Decretada a suspensão das garantias (8 de Agosto). Governo acaba por ceder aos sindicalistas na questão do pão político (15 de Agosto). Presidente do ministério promete rever o regime cerealífero, nomeadamente garantindo um novo tipo de pão de terceira. Mas as greves continuam com assaltos a padarias durante o mês de Agosto e o governo vai cedendo gradualmente

●**António José de Almeida parte para uma viagem oficial ao Brasil** (26 de Agosto). Chega ao Rio de Janeiro em 17 de Setembro e regressa a Lisboa no dia 11 de Outubro. Segue no paquete mercante *Porto*, por falta de condigno navio da marinha de guerra. Várias avarias tornam a viagem atribulada, nomeadamente quando se descobre que, em vez de carvão, há pedras no navio, por causa de uma sabotagem. A chegada estava naturalmente prevista para antes da data histórica de 7 de Setembro. Para evitar mais incidentes, o Presidente regressa à pátria no paquete inglês *Arlanza*. Os restantes membros da comitiva, com Gago Coutinho e Sacadura Cabral vêm no *Porto* que apenas chega a Lisboa a 26 de Outubro

●**Agitação** Rebentam bombas no Porto (2 de Setembro). Greves da construção civil, dos metalúrgicos e dos arsenalistas (3 de Setembro). Assassinado Sérgio Príncipe, líder da Confederação Patronal Portuguesa e dirigente da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, então acusado de

defender uma solução radical de direita (8 de Setembro).

● **Mais reformas governamentais** Lei sobre a liquidação dos Transportes Marítimos do Estado (9 de Setembro). Promulgada nova lei fiscal (21 de Setembro) que cria um imposto de transacções, aquilo que então se chamou um *imposto de vida cara* (Marques Guedes). Salazar vai qualificar este diploma como *o início de uma época nova*. O diploma terá regulamento pelo decreto de 27 de Janeiro de 1923. Surge um decreto que criminaliza os lucros líquidos excessivos. Criada a Inspeção de Câmbios pelo decreto nº 8 442 (21 de Outubro).

● **Carta orgânica do sindicalismo** III Congresso Operário Nacional na Covilhã. Aprovada a chamada *carta orgânica do sindicalismo português*, documento redigido pelo Professor Adolfo Lima (1 de Outubro). A CGT decide aderir à AIT e não à ISV.

● **Assalto a jornais monárquicos** Assalto a jornais monárquicos, *A Palavra* e *Correio da Manhã* (7 de Outubro).

● **Greve** dos mineiros de Aljustrel (28 de Outubro). Agitação em Lisboa, com mortos e feridos (7 de Novembro). Director da CP, Ferreira Mesquita, é alvejado por um operário reformado, a quem fora cortada a pensão (14 de Novembro). Trabalhadores rurais de Aljustrel abandonam os campos, em solidariedade com mineiros grevistas que haviam sido presos e que acabam por ser libertados (21 de Novembro).

● **Desordens** em Ponta Delgada no final do mês, por ocasião das eleições municipais (24 de Novembro).

● **Remoções** – Em 30 de Novembro: General Ernesto Maria Vieira da Rocha (até 7 de Dezembro), Domingos Leite Pereira nos estrangeiros em vez de Barbosa Magalhães, Vasco Borges, Leonardo José Coimbra.

● Em 7 de Dezembro: António Abranches Ferrão, Fernando Augusto Freiria (até 21 de Julho de 1923), Fernando Brederode (9 de Janeiro de 1923).



📖 Chagas, João (*Correspondência...*, 1958, III): 63, 71, 73; Costa, Carlos Gomes da (II): 98, 99; Cruz, Manuel Braga: 252, 284, 287, 290, 300, 312, 313; Gouveia, Rosa: 52; Guedes, Armando Marques: 140; Leal, Francisco da Cunha (1966, II): 331, 340, 341, 342, 343, 346, 354 ss.; Lopes, Fernando Farello (1994): 156; Marques, Oliveira (*Nova História de Portugal...*): 213, 214, 470, 473, 732; Martins, F. Rocha (*A Europa em Guerra*, II): 356, 398, 401, 402; Medeiros, Fernando (1978): 252, 253, 254, 255, 256, 257; Melo, Gonçalo de Sampaio e Melo (1984): 12 ss.; Nogueira, Franco (I): 242; Pabón, Jesus: 511; Peres, Damião (1954): 325 ss., 330, 344, 347, 350, 351, 518; Ramos, Rui: 622; Ruivo (1977): 60; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 270 ss.; Vieira, Alexandre (1970): 157; Xavier, Alberto: 190.